



CONGRESSO NACIONAL

AVISO

Nº 18, DE 2013-CN

Aviso nº 326/MF

Brasília, 27 de setembro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR DA REPÚBLICA RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil – FSB referente ao segundo trimestre de 2013.

Senhor Presidente,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao segundo trimestre de 2013, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009.

Respeitosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Guido Mantega', is written over a horizontal line.

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

**Relatório de
Desempenho do
Fundo Soberano do
Brasil**

2º Trimestre de 2013

Ministério da Fazenda

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Dyogo Henrique de Oliveira

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

SUBSECRETÁRIOS DO TESOIRO NACIONAL

Cleber Ubiratan de Oliveira

Gilvan da Silva Dantas

Marcus Pereira Aucélio

Eduardo Coutinho Guerra

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Paulo Fontoura Valle

EQUIPE TÉCNICA**Subsecretário de Planejamento e Estatísticas Fiscais**

Cleber Ubiratan de Oliveira

Coordenador-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil

William Baghdassarian

Coordenador de Gestão do Fundo Soberano do Brasil

Daniel de Araujo e Borges

Carlos Oswaldo B. Gadelha Filho

Eduardo Brandão Curi

Marcus Vinicius Magalhães de Pinho

Claudia Akemi Matsuba

Leonardo Tavares Lameiro da Costa

Ricardo Milsztajn

Dorilene G. Milanez

Marcus Lima Franco

Contadora

Silvia Lenita Moeller

Representante do Banco Central do Brasil junto ao FSB

Ricardo Franco Moura

Representante do Ministério do Planejamento junto ao FSB

Martim Ramos Cavalcanti

Informações:

Coordenação-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil (COFSB)

Tel: (61) 3412-2145 Fax: (61) 3412-3198

Secretaria do Tesouro Nacional

Edifício Sede do Ministério da Fazenda, Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 2º andar

70048-900 - Brasília – DF

Correio Eletrônico: fsb@fazenda.gov.br**Home Page:** <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/responsabilidade-fiscal/mais/fundo-soberano>

O Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil é encaminhado trimestralmente pela Secretaria do Tesouro Nacional ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 10 da Lei nº 11.887/2008; e ao art. 11, *caput* e parágrafo único, do Decreto nº 7.055/2009. É permitida a sua reprodução total ou parcial, desde que mencionada a fonte.

Conteúdo

Histórico e sumário do 2º trimestre de 2013	4
Composição da carteira do FSB e valor de mercado dos ativos	6
Encargos do FSB	10
Indicadores de Risco de Mercado	11
Indicadores de Governança	12
Anexo I – Evolução Patrimonial no 2º Trimestre de 2013	13

Histórico e sumário do 2º trimestre de 2013

O Fundo Soberano do Brasil (FSB) foi criado pela Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008¹, como um fundo especial de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério da Fazenda, com a finalidade de promover investimentos em ativos no Brasil e no exterior, formar poupança pública, mitigar os efeitos dos ciclos econômicos e fomentar projetos de interesse estratégico do País localizados no exterior.

O FSB teve como aporte inicial a emissão de 10.201.373 títulos do Tesouro Nacional, em 30 de dezembro de 2008, totalizando R\$14.243.999.592,36 a preços de mercado, conforme disposto na Portaria do Tesouro Nacional nº 736, de 30 de dezembro de 2008.

Na mesma data, o FSB promoveu a integralização de cotas do Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização (FFIE), de que trata o art. 7º da Lei nº 11.887, de 2008, no valor total dos ativos recebidos, conforme disposto no Decreto nº 6.713, de 29 de dezembro de 2008. Trata-se de um fundo multimercado, exclusivo, devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e que tem como administradora a BB Gestão de Recursos DTVM S.A..

Em 16 de junho de 2010, a União decidiu, em Assembleia Geral Extraordinária, participar da Oferta Pública de Distribuição de Ações (OPA) de emissão do Banco do Brasil S.A., mediante a subscrição, por meio do FFIE, de 62.500.000 ações totalizando R\$1.540.625.000,00, cuja liquidação ocorreu em 1º de julho de 2010. Em 10 de setembro de 2010, o FFIE adquiriu 77.641.422 ações ordinárias da Petrobras (PETR3), junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$2.426.294.437,50. Por fim, participou em 24 de setembro de 2010 da OPA da Petrobras, tendo subscrito 266.413.905 ações PETR3 no valor de R\$7.899.172.283,25, e 161.596.958 ações preferenciais (PETR4) no valor de R\$4.249.999.995,40.

¹ Toda a legislação concernente ao Fundo Soberano do Brasil pode ser encontrada em <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/fundo-soberano-brasil/sobre>.

Os recursos não utilizados para a compra de ações foram mantidos em operações compromissadas de curto prazo até fevereiro de 2012, quando houve o direcionamento dos recursos para títulos públicos prefixados e indexados ao IPCA.

Em 29 de agosto de 2012 foi publicado o Decreto que autorizou a União, a critério do Ministro de Estado da Fazenda, a permutar até 48.150.000 ações ordinárias emitidas pelo Banco do Brasil S.A., excedentes ao necessário para a manutenção do controle acionário da União, por ações ordinárias de emissão da Petrobras, pertencentes ao FFIE, sendo o valor dos ativos a serem permutados apurado com base na cotação de fechamento do dia útil anterior à data da transferência das ações referente às negociações realizadas na BM&FBovespa. Em 30 de agosto de 2012 o Ministro de Estado da Fazenda assinou despacho autorizando esta operação, ocorrendo a permuta de 51.853.846 ações ordinárias da Petrobras (PETR3), de titularidade do FFIE, por 48.150.000 ações ordinárias do Banco do Brasil (BBAS3), de titularidade da União.

Em 28 de dezembro de 2012 ocorreu uma segunda operação de permuta de ações da Petrobras, em poder do FFIE, por Títulos Públicos Federais, em poder do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor de R\$ 8,83 bilhões, após autorização do CDFSB por meio de Despacho, em conformidade com os objetivos descritos no art. 1º e no §3º do art. 7º da Lei nº 11.887, de 2008. No mesmo dia, o Presidente do CDFSB também aprovou, *ad referendum*, a Resolução nº 9, autorizando, a critério da STN, o resgate de cotas do FFIE até o montante de R\$ 12,6 bilhões, nos termos do art. 3º, inciso VIII da Resolução nº 1, de 17 de setembro de 2010. No dia 31/12/2012 foram resgatadas 11.579.306.053,645 quotas do FFIE pelo FSB, no montante de R\$ 12,4 bilhões, originários do resgate antecipado, pelo Tesouro Nacional, dos títulos públicos recebidos pelo FFIE do BNDES (permuta), somados a outros ativos de renda fixa existentes na carteira do FFIE. Os recursos resgatados foram aplicados em subconta remunerada do FSB na Conta Única do Tesouro Nacional (CTU), nos termos do § 1º, do artigo 4º, da Lei nº 11.887, de 2008.

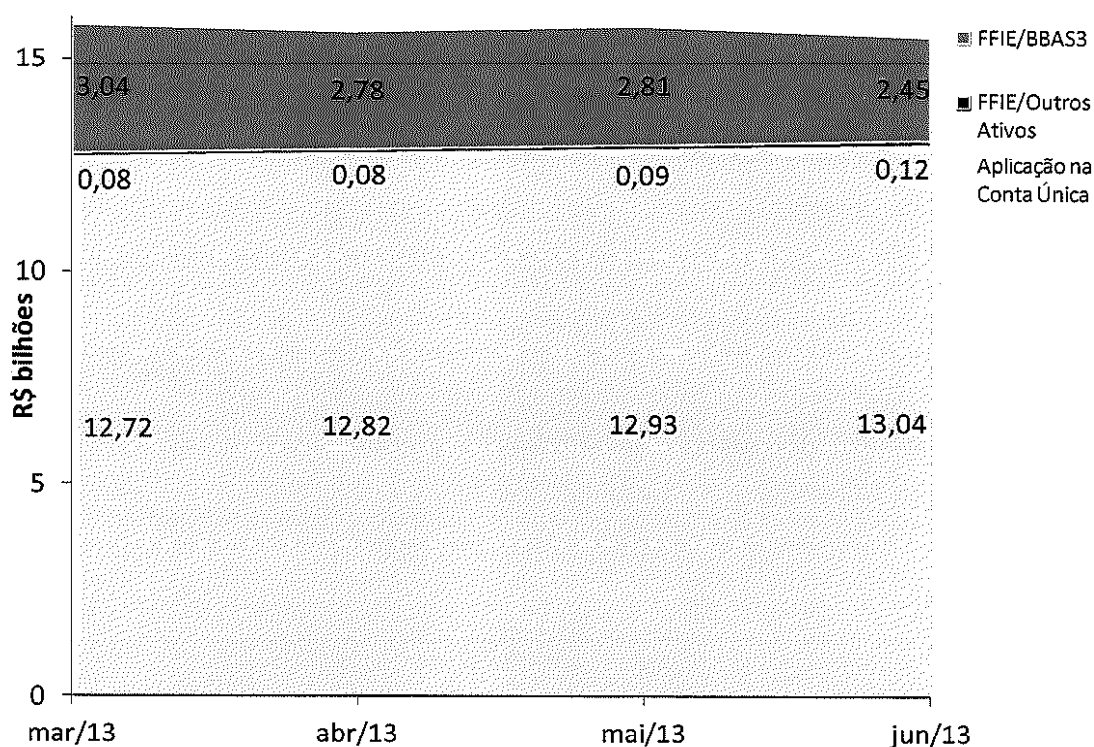
Durante o 2º trimestre de 2013 os recursos provenientes do resgate de cotas do FFIE permaneceram aplicados na CTU. Por sua vez, no âmbito do FFIE houve o recebimento de proventos oriundos da participação acionária no Banco do Brasil

(BBAS3) no valor de R\$ 42.068.295,96, aplicados integralmente em títulos públicos federais.

Composição da carteira do FSB e valor de mercado dos ativos

A carteira do FSB encerrou o 2º trimestre de 2013 com a seguinte composição, tomando-se por base o valor dos ativos em relação ao total (posição 30/06/2013): 83,55% aplicados na Conta Única do Tesouro Nacional e 16,45% aplicados em cotas do FFIE, dos quais 15,69% referiam-se a ações ordinárias do Banco do Brasil (BBAS3) e 0,76% a operações compromissadas, títulos públicos e outros (vide tabela 2). O gráfico 1 apresenta a evolução da composição do FSB nos últimos três meses:

Gráfico 1
Composição do FSB



Fonte: BB DTVM (FFIE) e Siafi (Conta Única)

Durante o segundo trimestre de 2013 ocorreu o ingresso de recursos no FFIE, na forma de juros sobre capital próprio (JCP) e dividendos originários das ações do Banco do Brasil (BBAS3), no valor de R\$ 42.068.295,96, conforme tabela 1, que foram reaplicados em títulos públicos federais e em operações compromissadas.

Tabela 1
Recursos Recebidos no 2º Trimestre

Data	Evento	Ativo	Valor
31/05/2013	Dividendos	Banco do Brasil	R\$ 10.866.952,86
28/06/2013	JCP	Banco do Brasil	R\$ 31.201.343,10
Total:			42.068.295,96

Fonte: BB DTVM (FFIE)

A tabela 2 demonstra a variação no valor dos ativos do FSB no trimestre e nos últimos 12 meses.

Tabela 2
Valor dos Ativos do FSB

	Em R\$		
	31/12/2012	31/03/2013	30/06/2013
	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
1. Fundo Fiscal de Invest. e Estabilização (FFIE)	2.854.180.880,22	3.115.779.091,48	2.566.543.937,89
1.1. Disponível	540.866,67	51.287,71	53.771,16
1.2. Operações Compromissadas	20.998.815,12	29.876.446,31	36.672.398,57
1.3. Títulos Públicos Federais	-	48.507.741,59	81.131.726,91
1.3.1. Prefixados	-	24.926.798,03	46.668.502,36
1.3.1.1. LTN	-	21.804.937,13	41.678.550,11
1.3.1.2. NTN-F	-	3.121.860,90	4.989.952,25
1.3.2. Índice de Preços	-	23.580.943,56	34.463.224,55
1.3.2.1. NTN-B	-	23.580.943,56	34.463.224,55
1.4. Ações à vista	2.832.640.000,00	3.037.342.500,00	2.448.684.500,00
1.4.1. Ações do Banco do Brasil (BBAS3)	2.832.640.000,00	3.037.342.500,00	2.448.684.500,00
1.5. Outros ativos	1.198,43	1.115,87	1.541,25
1.5.1 Provisão de JSCP e dividendos	-	-	-
1.5.2 Taxas Diferidas CVM/ANBID	1.198,43	1.115,87	1.541,25
2. Aplicação financeira na Conta Única do Tesouro Nacional	12.400.000.000,00	12.718.244.762,33	13.039.686.903,49
Total	15.254.180.880,22	15.834.023.853,81	15.606.230.841,38

Fonte: BB DTVM (FFIE) e Siafi (Conta Única).

Obs: O valor dos ativos é equivalente ao patrimônio líquido do Fundo acrescido da taxa de administração e outros passivos.
JSCP - Juros sobre capital próprio.

O valor dos ativos do FSB atingiu R\$ 15.606.230.841,81 em 30/6/2013 ante R\$ 15.834.023.853,81 em 31/3/2013 e R\$ 15.254.180.880,22 em 31/12/2012, o que representou rentabilidade de -1,44% no trimestre e de 12,47% em doze meses, conforme tabela 3.

Tabela 3
Valor dos Ativos nos Últimos 12 meses

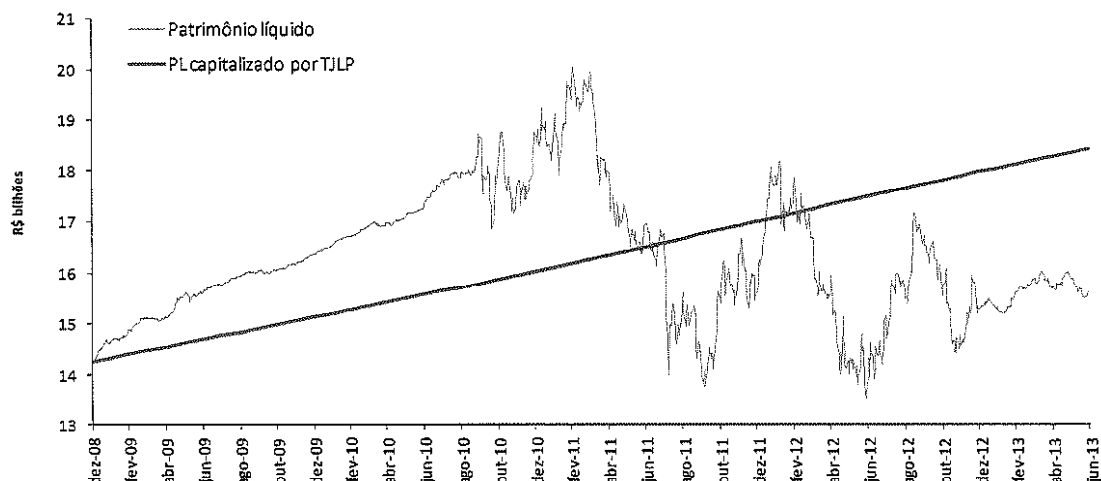
Data	Valor dos Ativos (R\$)	Variação (%)	
		Mensal	Acumulada
jun/12	13.876.052.170,21	-	-
jul/12	14.682.265.028,06	5,81%	5,81%
ago/12	15.461.384.019,40	5,31%	11,42%
set/12	16.550.821.883,61	7,05%	19,28%
out/12	15.514.135.293,73	-6,26%	11,81%
nov/12	14.519.620.810,14	-6,41%	4,64%
dez/12	15.254.180.880,22	5,06%	9,93%
jan/13	15.210.414.961,25	-0,29%	9,62%
fev/13	15.546.237.962,99	2,21%	12,04%
mar/13	15.834.023.853,81	1,85%	14,11%
abr/13	15.684.514.592,00	-0,94%	13,03%
mai/13	15.829.937.304,16	0,93%	14,08%
jun/13	15.606.230.841,38	-1,41%	12,47%

Obs: Valor dos ativos no encerramento de cada mês. Em dezembro de 2012 foram resgatados R\$12,4 bilhões do FFIE, os quais foram destinados à aplicação na Conta Única do Tesouro Nacional

Cabe recordar que, a partir do primeiro trimestre de 2012, os recursos do FFIE então aplicados em operações compromissadas foram alocados em títulos públicos federais remunerados por taxas prefixadas e indexados a índice de preços, à exceção de parcela que permaneceu aplicada em operações compromissadas, destinada a fazer frente às despesas do FFIE. A carteira de renda fixa do FFIE passou a utilizar como referenciais de rentabilidade os índices IRF-M, composto exclusivamente por títulos públicos prefixados, e IMA-B, formado apenas por títulos indexados ao IPCA.

O gráfico 2 traz a comparação da evolução patrimonial do FSB com relação à que teria sido observada caso o aporte inicial dos recursos tivesse sido integralmente investido em ativos remunerados pela TJLP.

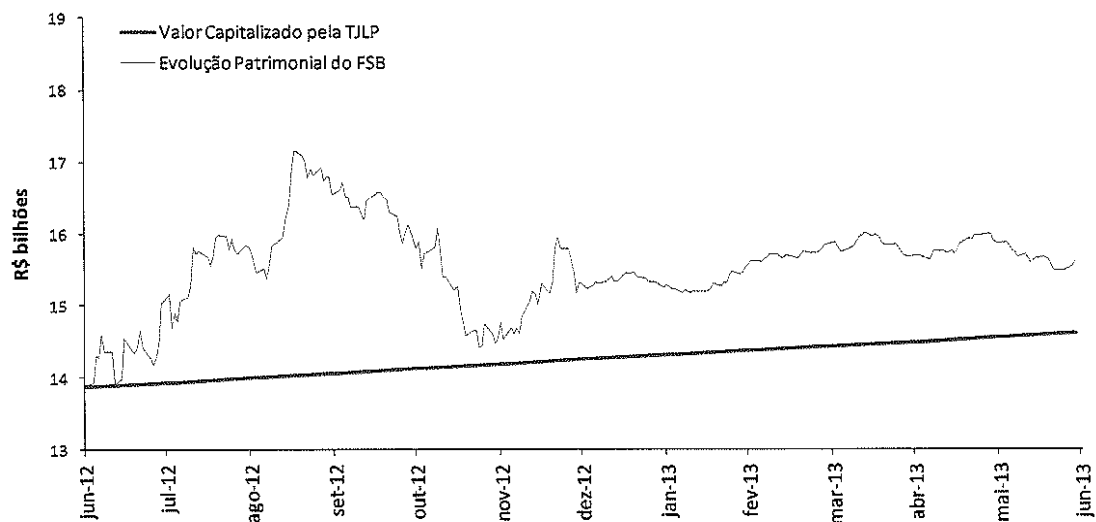
Gráfico 2
Comparativo Histórico: Patr. Líquido X Patr. Valorizado pela TJLP



Fonte: BB DTVM (FFIE), Siafi (Conta Única) e BNDES (TJLP)

O gráfico 3 traz a mesma evolução comparativa, considerando o desempenho dos últimos 12 meses.

Gráfico 3
Comparativo dos Últimos 12 Meses: Patr. Líquido X Patr. Valorizado pela TJLP



Fonte: BB DTVM (FFIE), Siafi (Conta Única) e BNDES (TJLP)

Não houve despesas orçamentárias registradas diretamente pelo FSB no período. Por sua vez, incorreram encargos sobre a parcela dos recursos aplicados no FFIE, os quais são diretamente deduzidos do valor de suas cotas, conforme previsto em seu regulamento e nas Instruções CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e nº 438, de 12 de julho de 2006. A tabela 4 detalha os valores do 2º trimestre de 2013 por tipo de despesa.

Tabela 4
Detalhamento das Despesas Administrativas do FFIE em 2013

<i>Em R\$</i>		
	1º Trimestre 2013	2º Trimestre 2013
<i>1. Despesas de Comunicações (serviços postais)</i>	2,29	2,29
<i>2. Despesas de Serviços do Sistema Financeiro</i>	17.854,76	17.915,88
2.1. Custódia de Títulos e Valores Mobiliários	16.554,60	16.662,29
2.2. Taxa ANBID	1.300,16	1.253,59
<i>3. Despesas de Serviços Técnicos Especializados</i>	792,37	846,09
<i>4. Despesas de Taxa de Administração do Fundo</i>	343.229,60	360.732,87
4.1. Despesas de Taxa de Administração Efetiva	121.674,90	127.879,80
4.2. Despesas de Controladoria	35.524,26	37.335,86
4.3. Despesa com Distribuição	186.030,44	195.517,21
<i>5. Outras Despesas Administrativas</i>	10.822,52	10.831,03
5.1. Taxa de Fiscalização CVM	10.437,40	10.831,03
5.2. Emolumentos Judiciais e Cartorários	385,12	385,12
5.3. Encadernações	0,00	0,00
Total das Despesas Administrativas	372.701,54	390.325,87

Fonte: BB DTVM (balancetes do FFIE).

Despesas com Controladoria: relativas a registros, controles e contabilidade dos ativos do FFIE.

Despesas com Distribuição: devidas ao Banco do Brasil, responsável pela Distribuição e Registro.

Escritural de cotas, bem como pelos Serviços de Tesouraria, nos termos do Regulamento do FFIE.

Para o gerenciamento do risco de mercado, o FSB utiliza o Valor em Risco (Value-at-Risk – VaR) do portfólio total do FFIE, que estima a perda potencial máxima para um dia útil com um nível de confiança de 95%. A tabela 5 mostra o comportamento do VaR no período de um ano.

Tabela 5
Valor em Risco (VaR) do FFIE

Mês	Patrimônio Líquido (R\$)	VaR (R\$)	VaR (%)
jul/12	14.682.251.499,47	391.441.214,69	2,6661%
ago/12	15.461.386.704,38	393.688.090,93	2,5463%
set/12	16.550.809.862,16	391.979.511,39	2,3683%
out/12	15.514.116.253,20	361.028.559,76	2,3271%
nov/12	14.519.599.235,08	326.839.567,48	2,2510%
dez/12	15.254.181.983,79	87.861.042,25	0,5760%
jan/13	2.720.735.296,77	80.474.177,35	2,9578%
fev/13	2.935.136.751,17	86.867.558,96	2,9596%
mar/13	3.115.792.736,69	82.564.189,12	2,6499%
abr/13	2.859.906.170,33	76.848.282,48	2,6871%
mai/13	2.898.668.926,33	65.591.179,87	2,2628%
jun/13	2.566.554.570,15	60.628.947,50	2,3623%

Fonte: BB DTM e STN

Obs. 1: VaR calculado pelo método não-paramétrico histórico de 150 dias úteis.

Valor dos Ativos considerado para fins de VaR apurado segundo metodologia específica no último dia de cada mês.

Obs. 2: O VaR de fechamento de dezembro de 2012 apresenta queda devido à alienação das ações da Petrobras e dos títulos públicos na carteira do FFIE.

Obs. 3: O PL do FFIE foi reduzido em 31/12/2012 em função do resgate de R\$ 12,4 bilhões em cotas do Fundo.

A queda do VaR verificada em dezembro de 2012 decorre dos efeitos das operações realizadas naquele mês, quais sejam: (i) permuta de ações da Petrobras por títulos públicos federais, (ii) seu subsequente resgate antecipado, (iii) resgate de R\$ 12,4 bilhões em cotas do FFIE, em 31/12/2012 e, (iv) aplicação desses recursos na CTU. Tendo em vista que os dados apresentados na Tabela 5 referem-se à posição do último dia de cada mês, a redução do VaR está em linha com o esperado.

Seguindo a tendência do trimestre anterior, no 2º trimestre de 2013 o VaR médio continuou em patamares semelhantes ao 3º trimestre de 2012 em função da relevante participação das ações do Banco do Brasil (BBAS3) na composição do FFIE.

Indicadores de Governança

A Lei nº 11.887, de 2008, e o Decreto nº 7.055, de 2009, estabeleceram as diretrizes da prestação de contas do FSB à sociedade. Dentre as informações apresentadas destaca-se este Relatório de Desempenho, encaminhado trimestralmente ao Congresso Nacional; o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras, aprovados semestralmente pelo Conselho Deliberativo do Fundo Soberano do Brasil (CDFSB); e o Relatório de Gestão enviado aos órgãos de controle. Esses documentos, bem como a legislação relacionada ao FSB estão disponíveis no sítio:

<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/responsabilidade-fiscal/mais/fundo-soberano>.

Ainda, informações relevantes sobre o FFIE², inclusive seu Regulamento, estão à disposição do público no sítio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no endereço www.cvm.gov.br.

Importante ressaltar que o FSB foi avaliado quanto à sua transparência, pelo *Sovereign Wealth Fund Institute* (SWFI)³, e foi reconhecido, em 19 de maio de 2012, como tendo elevado nível de transparência, recebendo nove pontos dentre dez possíveis, tendo mantido a classificação nas revisões trimestrais subsequentes.

²O relatório dos Auditores Independentes do FFIE – Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização está disponível em <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/fundo-soberano-brasil/relatorios-monitoramento>.

³ O SWFI é uma entidade independente, sediada nos EUA, que realiza estudos e pesquisas sobre fundos soberanos, sendo considerada referência na área.

Anexo I – Evolução Patrimonial no 2º Trimestre de 2013

Em Reais

Abril/2013		Maio/2013		Junho/2013	
1	15.853.680.346,27	2	15.665.922.760,21	3	15.844.171.578,00
2	15.855.988.650,37	3	15.646.942.755,69	4	15.790.201.514,59
3	15.789.428.879,94	6	15.600.568.798,25	5	15.724.909.008,46
4	15.722.003.707,65	7	15.715.727.081,56	6	15.714.701.337,61
5	15.737.950.646,08	8	15.721.300.884,99	7	15.674.769.706,27
8	15.786.592.428,25	9	15.729.916.185,98	10	15.700.392.333,46
9	15.874.129.298,80	10	15.745.113.634,04	11	15.634.853.630,96
10	15.939.415.332,39	13	15.713.112.820,38	12	15.553.806.470,69
11	15.954.785.932,25	14	15.727.150.167,47	13	15.606.623.979,53
12	15.957.805.938,69	15	15.663.140.005,13	14	15.618.494.176,66
15	15.902.352.978,65	16	15.717.476.194,76	17	15.624.710.786,78
16	15.935.560.938,46	17	15.829.219.653,38	18	15.581.962.477,99
17	15.874.807.266,12	20	15.900.953.392,64	19	15.527.797.681,07
18	15.822.880.484,88	21	15.876.674.759,59	20	15.446.182.906,43
19	15.797.535.803,88	22	15.923.978.124,83	21	15.443.505.531,61
22	15.793.246.436,03	23	15.920.580.835,09	24	15.438.864.059,16
23	15.817.621.395,09	24	15.924.736.699,12	25	15.459.156.617,11
24	15.753.354.761,32	27	15.938.901.066,82	26	15.464.690.673,97
25	15.702.266.433,41	28	15.935.308.729,51	27	15.539.148.972,63
26	15.641.504.399,26	29	15.882.794.115,13	28	15.606.123.294,76
29	15.666.608.020,80	31	15.829.813.079,38		
30	15.684.373.689,84				

Fontes: BB DTVM (FFIE) e Sifai (Conta Única).

Obs: Por dia útil. Valor do PL equivale ao valor de mercado dos ativos deduzido do valor do passivo do fundo (taxa de administração e outras despesas operacionais)

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

Publicado no DSF, de 4/10/2013.